

## Ética Policial - Parte I

Tenente Steven D. Guthrie - Indiana Law Enforcement Academy - 30/04/08

O trabalho a seguir foi escrito pelo tenente Steven D. Guthrie da Indiana Law Enforcement Academy para sua exigência de Instrutor Mestre. Ele foi ligeiramente editado em extensão e dividido em duas partes. A Parte I é apresentada neste mês. Ele estabelece as bases para uma discussão sobre a ética policial. A Parte II será apresentada no próximo mês.

### Resumo

Na nossa sociedade altamente tecnológica e multicultural tem havido um elevado grau de mudança social, econômica, política e cultural durante os últimos cinquenta anos. É natural que algumas pessoas aceitem a mudança; algumas resistirão e algumas ficarão confusas, mas a maioria debaterá a sabedoria de fazer as coisas de maneira diferente (Misconduct, Corruption, Abuse of Power-What Can the Chief Do [Má Conduta, Corrupção, Abuso de Poder - O que o chefe pode fazer], Edward J. Tully, 1998). No entanto, parece que a maioria concordaria que o que era um comportamento aceitável na década de 1950 mudou tremendamente com o que é um comportamento aceitável na sociedade atual.

Com isso em mente, não é de admirar que, durante os últimos anos, o comportamento das autoridades policiais tenha sido objeto de um maior escrutínio em todo o país. As forças que divulgam a conduta dos policiais, juntamente com muitos grupos de interesse bem-organizados, fazem do trabalho algo como trabalhar em um “aquário” virtual. As ações dos policiais são certamente mais visíveis e mais divulgadas; para incluir seus erros e casos de comportamento inadequado, do que eram há anos.

No entanto, as preocupações com a integridade policial, a corrupção e o comportamento antiético não são novidade. Embora o poder inerente ao trabalho policial seja sedutor e estimulante, tem o potencial de levar alguns policiais por um caminho de compromisso ético no desempenho das suas funções, o que pode devastar a vida de alguém por meio da perda do emprego, da carreira, da reputação, dos amigos ou família, e pode até resultar em pena de prisão.

Há, sem dúvida, defensores em ambos os extremos do espectro no debate sobre se a polícia é ou não uma profissão. No entanto, nem todos aceitarão a polícia como profissão, a menos que comecemos a fazer melhor certas coisas.

Para que a polícia seja plenamente reconhecida como uma verdadeira profissão, temos de criar o enquadramento adequado para fazer a coisa certa no momento certo.

Embora os policiais tenham controle absoluto sobre a sua própria integridade e profissionalismo, uma parte da responsabilidade cabe aos gestores policiais. Líderes que demonstram integridade - em outras palavras, líderes que falam o que dizem e que praticam o que fazem - permitirão que a polícia esteja no caminho certo para atingir este objetivo de ser reconhecido como uma profissão.

## **Ética na Polícia**

A consideração da ética e do comportamento ético existe há séculos. Aristóteles, Platão e Sócrates são geralmente considerados alguns dos mais influentes filósofos gregos antigos. Eles transformaram a filosofia grega pré-socrática nos fundamentos da filosofia ocidental, tal como a conhecemos hoje. Sócrates foi um dos primeiros filósofos a se aprofundar na questão da ética, especialmente no tratamento ético dos problemas de governo. Antes de discutir como Sócrates provavelmente veria a polícia hoje, é importante compreender os deveres e responsabilidades policiais.

Os policiais não servem como braço direto do Estado, como os militares. Assim, o dever fundamental de um policial é servir e proteger a comunidade; para salvaguardar vidas e propriedades; proteger os inocentes contra fraudes, os fracos contra a opressão ou intimidação e os pacíficos contra a violência ou desordem; e respeitar os direitos constitucionais de todos os homens à liberdade, igualdade e justiça (Código de Ética da Polícia, versão IACP de 1992).

Na Inglaterra, Sir Robert Peel, em 1829, criou o que é frequentemente referido como a primeira força policial profissional. Essa força policial obteve a sua autoridade a partir da obrigação legal do direito consuetudinário e foi vista como parte da comunidade. A autoridade policial deveria ser tão discreta quanto possível, de modo a não infringir os direitos dos cidadãos. Conseqüentemente, o sistema de justiça de hoje tende a inclinar-se para o conceito de direitos consuetudinários, por exemplo, o direito à propriedade, o direito de se defender e o direito de proteger a sua propriedade.

Na nossa sociedade atual, tornou-se mais difícil abordar questões e preocupações relacionadas com a ética e o comportamento ético porque as regras e as leis mudam constantemente e a liberdade dos policiais para executar as tarefas torna-se por vezes obstruída. Tendo isso em mente, devemos também compreender que o trabalho policial não é um negócio concebido para obter lucro monetário. Como o policiamento é um empreendimento “sem fins lucrativos”, o objetivo número um do policial são as pessoas da comunidade. Portanto, em vez de o lucro ser o resultado para os Departamentos policiais, é a adesão ao mandato do direito consuetudinário. Se esse mandato não for cumprido, a polícia ficará aquém da sua responsabilidade. Dado que os policiais estão envolvidos no “negócio das pessoas”, é essencial que atuemos de forma ética em todos os níveis da organização policial, começando pelo topo. É a este nível que a gestão de topo tem a obrigação de traçar o caminho da organização de uma forma que possa cumprir o mandato do direito consuetudinário e proporcionar uma organização policial ética, garantindo que todo o pessoal policial adira às políticas, regras e regulamentos.

### **O que é “Ética”?**

“Ética” é um sistema ou código de conduta baseado em deveres e obrigações morais universais que indicam como alguém deve se comportar. “Valores” são crenças fundamentais que orientam as nossas escolhas e ações e determinam o propósito das nossas vidas (Josephson Institute of Ethics 1997, Making Ethical Decisions). A maioria das pessoas associa integridade a “valores fundamentais”, que são definidos como um conjunto de crenças, valores e padrões. Sem um conjunto de “âncoras” para medir o comportamento, poderíamos dizer que “Madre Teresa” não era

diferente de “Saddam Hussein” porque cada um, por definição, é uma pessoa íntegra (se você definir integridade como viver de uma maneira verdadeira aos princípios em que você acredita). Obviamente, ambos têm valores fundamentais um tanto diferentes.

### **Como a Integridade é Definida?**

Integridade vem do latim “*integritas*” e “*integra*”, que significa todo ou completo. A integridade baseia-se nas ações de alguém em uma estrutura de princípios internamente consistente, na medida em que suas ações e crenças são baseadas no mesmo conjunto central de valores. Embora os valores possam mudar, é a sua consistência entre si, ou seja, os atos ou discursos do dia a dia de uma pessoa que tende a refletir esses princípios que determinarão o seu caráter, bom ou mau. Portanto, as palavras e ações de uma pessoa devem refletir um conjunto relativamente estável de virtudes morais fundamentais, pelas quais a pessoa se compromete a viver; pois o bom caráter é uma busca para toda a vida (<http://www.neiassociates.org/> - Misconduct, Corruption, Abuse of Power - Part II, What Can the Chief Do [Má Conduta, Corrupção, Abuso de Poder - Parte II, O que o chefe pode fazer], Edward J. Tully). Consequentemente, algumas qualidades morais essenciais que devem ser consideradas no processo de recrutamento de candidatos à polícia são: honestidade, veracidade, responsabilidade, justiça, coragem, empatia e autodisciplina.

### **Os “Seis Pilares”:**

Possuir ética e estabelecer padrões éticos significa basicamente fazer a coisa certa, na hora certa e da maneira certa. Os cidadãos esperam que os policiais tenham um conjunto de valores e normas pelos quais vivam. Consequentemente, sem um conjunto de âncoras para medir o comportamento, teríamos uma situação ética confusa. Na sociedade de hoje, a maioria das pessoas concordaria que os “Seis Pilares do Caráter” são âncoras sólidas contra as quais se pode medir o comportamento.

Os "Seis Pilares" (Josephson Institute of 1992, Making Ethical Decisions) são:

- 1. Confiabilidade** – integridade, honestidade, cumprimento de promessas, lealdade
- 2. Respeito** – cortesia, autonomia, diversidade, Regra de Ouro
- 3. Responsabilidade** – dever, prestação de contas, busca pela excelência
- 4. Justiça/equidade** – abertura, consistência, imparcialidade
- 5. Cuidado** – bondade, compaixão, empatia
- 6. Virtudes cívicas/cidadania** – licitude, bem comum, ambiente

Usar os Seis Pilares como âncoras na vida dá à pessoa uma lista de verificação ética. Isso é legal? Minha decisão viola códigos, leis ou constituições? Está equilibrado? A minha decisão é justa, tanto a curto como a longo prazo? É uma

situação em que todos ganham e, acima de tudo, como me sentirei em relação a mim mesmo como resultado de minhas ações?

Então, por que é tão difícil para uma pessoa ser ética se ela apenas vive de acordo com esses padrões, e por que temos má conduta policial e corrupção?

### **O que é Desvio Policial e Corrupção?**

O “desvio policial” inclui todas as atividades que são inconsistentes com as normas, valores ou ética dentro das normas da sociedade, mesmo do ponto de vista policial. É uma irregularidade que vai contra as políticas, procedimentos, princípios e valores da organização. Pode consistir em beber em serviço, dormir em serviço, aceitar gratificações, má conduta sexual ou mentir e usar indevidamente informações confidenciais, o que às vezes é racionalizado como uma “Causa Nobre”, tornando o mundo um lugar melhor para se viver, também conhecido como “justiça de rua”. “Corrupção policial” é qualquer ato proibido que envolva o uso indevido da posição do policial para ganhos pessoais ou monetários ou outra forma de “Causa Nobre”, como a brutalidade policial (The Corruption of Noble Cause, John P. Crank, & Michael A. Caldero, p.35/75).

Existem certas características ou condições de responsabilidade e poder associadas à posição de policial. Com isso em mente, o trabalho policial, pela sua própria natureza, envolve uma ladeira escorregadia, ou seja, “o potencial para a deterioração gradual das inibições sócio morais e uma sensação percebida de permissibilidade para conduta desviante” (Police Deviance & Ethics, Ida Tarbell). Não é de admirar que os policiais lidem diariamente com decisões sobre dilemas éticos, considerando seu ambiente de trabalho.

### **O Que a Pesquisa Descobriu?**

Milhares de homens e mulheres todos os anos neste país levantam a mão direita e juram fazer cumprir as leis e proteger e defender a Constituição dos Estados Unidos, bem como a constituição e as leis do Estado em que vivem (Police Ideology and the Constitution, Chuck Klein, p. 3). A maioria desses novos policiais são jovens e entusiasmados e querem fazer a diferença na sua comunidade. Então, o que faz com que alguns desses novos policiais se comportem de maneira inadequada? Várias das comissões mais divulgadas para investigar a corrupção foram a Comissão Knapp na década de 1960, a Comissão Mollen em 1993 e a Comissão Christopher. Investigações adicionais de corrupção incluem a investigação do Departamento de Polícia da Filadélfia em 1974, a investigação interna em Miami, Flórida, na década de 1980, onde setenta e cinco policiais do Departamento de Polícia de Miami foram presos e a Investigação Rampart no final da década de 1990 no Departamento de Polícia de Los Angeles.

Embora alguns altos funcionários e gestores policiais levem você a acreditar na teoria da “maçã podre” (ou seja, alguns indivíduos corruptos estragam tudo), o estudo da corrupção pelas várias comissões, especialmente as audiências da Comissão Knapp, não apoiou essa teoria. A corrupção sistemática foi encontrada Departamento após Departamento (Barker & Cater, 1994), revelando que, na verdade, não são apenas algumas maçãs podres no barril, mas toda a subcultura policial que pode comprometer a conduta ética de muitos policiais.

Na realidade, sempre haverá alguns que não deveriam ser policiais, mas esses poucos geralmente, mais cedo ou mais tarde, serão efetivamente tratados e normalmente não destruirão um Departamento policial inteiro. É o ambiente de reprodução dentro do “barril” que gera as maiores dificuldades. É esse barril, a cultura da organização policial, que pode causar os escândalos que as organizações policiais enfrentam periodicamente.

No entanto, alguns investigadores acreditam que fomos longe demais ao rejeitar a teoria da “maçã podre”. A investigação do escândalo de drogas River Cops em Miami apoiou a teoria da “maçã podre” devido a um período de contratações aceleradas e padrões relaxados para novos candidatos. Além disso, a investigação da Comissão Mollen no Departamento de Polícia da Cidade de Nova York concluiu: “Os atos corruptos foram o resultado de pequenos grupos de maçãs podres e não de corrupção sistemática dentro do Departamento” (Barker & Carter, 1994 p 57). Portanto, há pesquisas que sugerem que devemos ser mais responsáveis, e é fundamental que os Departamentos policiais implementem um processo completo de recrutamento e contratação para obter os candidatos mais qualificados.

Além disso, durante os últimos anos, os seguintes três fatores críticos também afetaram a polícia: maior tentação, descentralização e cultura organizacional. Estes fatores tornam a gestão ética muito mais diferente e exigente do que no passado. Em primeiro lugar, os policiais enfrentam tentações maiores do que há apenas uma década, devido ao explosivo e lucrativo comércio ilegal de drogas. Em segundo lugar, as estratégias de policiamento comunitário revolucionaram os métodos tradicionais de controle e responsabilização. Os policiais são encorajados a serem criativos na resolução de problemas e muitas das suas atividades não são monitorizadas, resultando numa menor responsabilização. Esse tipo de liberdade expõe frequentemente os policiais a mais oportunidades de má conduta policial que pode levar à corrupção. Terceiro, os gestores policiais devem considerar algumas características de longa data da cultura organizacional policial: a lealdade em detrimento da integridade, o código de silêncio e uma mentalidade de “nós contra eles”. Nessas circunstâncias, mesmo os policiais bem-intencionados podem ficar frustrados e vulneráveis.

Os efeitos combinados da tentação, da descentralização e da cultura organizacional podem revelar-se desastrosos para o bem-estar ético de um Departamento policial. A má conduta policial e a corrupção são atozes, pois prejudicam a integridade de uma organização policial e minam a confiança das pessoas. Tendo isso em consideração, é razoável concluir que a perda de confiança do público na polícia pode tornar-se um dos problemas mais graves que enfrentaremos nos próximos anos. Há uma série de áreas que precisam de ser abordadas para combater esses fatores e promover e melhorar a conduta ética policial.

**Fonte: Police Ethics.** Disponível em: [www.in.gov/ilea/files/Police\\_Ethics\\_I.pdf](http://www.in.gov/ilea/files/Police_Ethics_I.pdf). Traduzido por Onivan Elias de Oliveira – Cel R/R PMPB.